



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 10510.002497/94-11

Recurso nº.: 12.994

Matéria : IRPF - EXS.: 1991 e 1992

Recorrente : CLÁUDIO MAYNART RABELO

Recorrida : DRJ em SALVADOR - BA

Sessão de : 13 DE MAIO DE 1998

Acórdão nº.: 102-42.994

**IRPF - INTEMPESTIVIDADE RECURSAL** - Não se conhece de recurso voluntário apresentado em prazo superior a trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CLÁUDIO MAYNART RABELO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **NÃO CONHECER** do recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

*A. Dutra*  
ANTONIO DE FREITAS DUTRA  
PRESIDENTE

*C. Brito Leal Ivo*  
CLÁUDIA BRITO LEAL IVO  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 17 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros URSULA HANSEN, VALMIR SANDRI, JOSÉ CLÓVIS ALVES, SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS e FRANCISCO DE PAULA CORRÊA CARNEIRO GIFFONI.

MNS



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº.: 10510.002497/94-11

Acórdão nº.: 102-42.994

Recurso nº.: 12.994

Recorrente: CLÁUDIO MAYNART RABELO

**R E L A T Ó R I O**

CLÁUDIO MAYNART RABELO, anteriormente qualificado nos presentes autos, recorre de decisão de fls. 26 a 28 prolatada pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador - BA que julgou procedente ação fiscal, fundada em acréscimo patrimonial a descoberto, referente ao ano calendário 1991, exercício 1992.

Constatada variação patrimonial a descoberto caracterizada por sinais exteriores de riqueza, decorrente da aquisição de veículo de marca Lada, tipo Laika, pelo contribuinte, o lançamento de fl. 1, fundado em omissão de rendimentos, apurou imposto de renda a pagar de 1.512,41 UFIR, que acrescido de multa e juros totaliza o crédito tributário de 4.949,96 UFIR.

Apresentada impugnação à fl. 11, alega o contribuinte ter adquirido o referido veículo com proventos de 43 anos de trabalho seus, de sua esposa, empréstimos de pessoas amigas, bem como proventos de um veículo ano 1986 que possuía à época.

À fl. 17 consta despacho da DRJ em Salvador - BA para intimar o contribuinte, a comprovar transações comerciais e financeiras, no tocante a origem das disponibilidades existentes em conta-corrente, poupança, outras aplicações financeiras, empréstimos efetuados, doações recebidas bem como, venda de veículo.

À fl. 19 intimação do contribuinte para prestar esclarecimentos na forma do despacho de fl. 17.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10510.002497/94-11

Acórdão nº. : 102-42.994

Prorrogado o prazo de fl. 19 conforme pedido de fl. 22, sem qualquer esclarecimentos pelo decidiu a autoridade monocrática julgadora, DRJ em Salvador - BA, pela procedência da ação fiscal, proferindo a seguinte ementa:

**“IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NÃO JUSTIFICADO - Reflete omissão de rendimentos se não se lograr comprovar a origem dos recursos utilizados no incremento do patrimônio.**

**AÇÃO FISCAL PROCEDENTE.”**

Intimado em 02 de abril de 1997 da referida decisão, interpôs o contribuinte, recurso voluntário em 05 de maio de 1997, reiterando os argumentos constantes na impugnação, acrescendo não ter ocorrido variação patrimonial.

À fl. 37, contra-razões da Procuradoria da Fazenda Nacional entendendo pela manutenção da decisão recorrida, uma vez que o contribuinte não logrou comprovar a origem dos recursos.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10510.002497/94-11

Acórdão nº.: 102-42.994

V O T O

Conselheira CLÁUDIA BRITO LEAL IVO, Relatora

Não se conhece do recurso por intempestividade recursal.

Versa o presente recurso sobre omissão de rendimentos decorrente de acréscimo patrimonial a descoberto, constatada a variação patrimonial com sinais exteriores de riqueza, em virtude da aquisição de um veículo, no ano calendário de 1991, exercício de 1992.

O recurso voluntário segundo o Processo Administrativo-Fiscal (art. 33, do Decreto nº 70.235 de 6 de março de 1972), deve ser apresentado no prazo de trinta dias, contados da data em que teve ciência da decisão de primeira instância.

*"Art. 33 - Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão."*

Dispõe o art. 82 do Código Civil, aplicável subsidiariamente ao Processo Administrativo Fiscal, que:

*"Art. 82. A validade do ato jurídico requer agente capaz (art. 145, I), objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei (arts. 129, 130 e 145)."*

Neste contexto, entende-se que a intempestividade do recurso voluntário, por não obedecer a forma prescrita em lei, implica em sua invalidação para efeito de contestação da decisão de primeira instância, no processo administrativo fiscal.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cláudia Brito Leal Ivo".



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10510.002497/94-11

Acórdão nº. : 102-42.994

Dessa forma, face a notória intempestividade do recurso apresentado, baseado no Aviso de Recebimento - AR, fl. 31, cujo o prazo de apresentação finalizou-se em 02/05/97, sexta-feira, somente tendo sido apresentado em 05/05/97, segunda-feira, fl. 33, em prazo superior ao estabelecido o art. 33 do Decreto nº 70.234 de 6 de março de 1972, de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância em 02/04/97, quarta-feira, entende-se por não conhecer do mesmo.

Isto posto, e com tal fundamento, voto por não conhecer do recurso por intempestividade recursal.

Sala das Sessões - DF, em 13 de maio de 1998.

  
CLÁUDIA BRITO LEAL IVO